

The Global Compact e Portugal

02

Adriano Moreira

*Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa*



Adriano José Alves Moreira

Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, do qual foi Professor Catedrático, Director e Presidente do Conselho Científico. Doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. Professor da Universidade Católica Portuguesa, do Instituto Superior Naval de Guerra, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde fundou o Instituto de Relações Internacionais e Direito Comparado (IRI), Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades da Beira Interior, Aberta, Manaus, S. Paulo, Bahia, Brasília e Rio de Janeiro. Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa. Fundador e Presidente Honorário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, da Academia Internacional de Direito e Economia de S. Paulo, da Academia de Marinha de Lisboa, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Ciências Morales y Políticas de Madrid e da Academia Portuguesa da História.

O real estatuto do Secretário-Geral da ONU, à margem da definição jurídica, exige de quando em vez alguma atenção crítica. A questão deriva da ambígua relação entre o *legado maquiavélico* com sede no Conselho de Segurança, e o *legado humanista* com sede na Assembleia-Geral.

No Conselho de Segurança, as regras do voto que levaram ao conceito do *direito de veto*, exclusivamente vinculado aos interesses dos titulares, é frequente a difícil conciliação desses interesses com o interesse geral da comunidade internacional, que orienta as organizações especializadas, e que, sobretudo, é o elemento mais significativo do estatuto de Secretário-Geral.

A União Europeia tem uma definição mais clara, porque a Comissão está, sem ambiguidades, vinculada aos interesses comuns, um estatuto que se vai consolidando à medida que o processo-guia da evolução, agora tendo em vista o projecto de Constituição, ganha mais consistência.

Na ONU, a intervenção do Conselho de Segurança na designação do titular do cargo de Secretário-Geral, e também a dependência financeira em relação à escassa pontualidade de cumprimento por parte dos grandes contribuintes, entre os quais se destacam os EUA, projecta-se aleatoriamente sobre o Secretário-Geral e o seu estatuto.

Na Carta da ONU o Secretário-Geral vem indicado no mesmo preceito, e alguns Secretários deram claro exemplo de assumirem igual dignidade entre os órgãos colectivos. O primeiro deles foi Dag Hammarskjöld, que iniciou a definição de um ritual, designadamente no acompanhamento das forças militares de intervenção com a bandeira da ONU, morrendo no exercício do cargo, quando o avião que o transportava foi derrubado no Congo. O Secretário-Geral Boutros-Ghali, o autor da *Agenda para a Paz* (1992), não foi reconduzido num segundo mandato em divergência com a política dos EUA.

Agora, quando se multiplicam as iniciativas do Secretário-Geral Kofi Annan, a estabilidade do titular do cargo começa a ser afectada por intervenções no ambiente de que muito dependem os titulares dos cargos de relevância política, neste caso mundial. Independentemente da natureza e bom fundamento das interferências, o facto indica mais uma vez a necessidade de meditar sobre o estatuto do órgão, agora tendo prioritariamente em vista as iniciativas que dizem respeito à redefinição da ordem mundial¹.

Sem ignorar a já citada *Agenda para a Paz*, um documento que viria a ser desafiado pelo unilateralismo americano com a intervenção no Iraque, parece indicado um exame selectivo de intervenções significativas, e logicamente relacionáveis, de Kofi Annan.

Foi importante a intervenção de Kofi Annan no World Economic Forum, em Davos, na reunião anual que decorreu entre 21 e 25 de Janeiro de 2004, onde a questão do Iraque pareceu sublinhar as declarações feitas, a começar pelo Ministro Jack Straw do Reino Unido. Formalmente uma entidade privada, o Forum pareceu avaliar a guerra, a ocupação, e as responsabilidades de reorganização, como um acidente à margem do globalismo económico, e não como um derivado lógico desta orientação.

A intervenção do Secretário-Geral, sem expressamente o dizer, parece todavia claramente entender que o globalismo económico também está envolvido, e por isso não deixou de recordar a intervenção que tivera no Fórum de 1999, antes do confronto em Seattle com os adversários do modelo². No texto dessa data, as advertências sobre a urgência

de rectificar o globalismo económico no sentido de promover uma *sociedade global de confiança*, foi uma nota principal: “nos mercados nacionais a confiança é baseada na partilha de valores comuns... Mas no mercado global, as pessoas ainda não têm essa confiança. Até que a obtenham, a economia global será frágil e vulnerável...”.

De facto então, e agora, foi o tema da *reinvenção da governança* que preencheu o discurso, partindo de uma visão do mundo em mudança que, com frequência crescente, vê desafiar a lógica das *relações inter-estaduais* pela lógica das *relações inter-mercados*, e crescer o que alguns chamam o *terceiro espaço*. Neste caso, a questão é a das *redes* que fizeram emergir outros actores da vida internacional, indo além das Organizações Não Governamentais – ONG's para assumirem a natureza de poderes erráticos desafiantes das soberanias. Tal como aconteceu coma Al Qaeda que se levantou a exigir igualdade aos próprios EUA.

Verificando que, mais uma vez, as intenções detectáveis não levam necessariamente à harmonia, a pedagogia do Secretário-Geral pretende despertar pilotagens que evitem a subida aos extremos de fracturas. Fracturas e confrontos que parecem objectivos estratégicos de movimentos tendo por variável comum as queixas contra a alienação: foram casos como os do neutralismo contra a submissão estratégica à ordem dos Pactos Militares; da geografia da fome contra as sociedades afluentes; da área dos 3AA (Ásia, África, América Latina) contra a cidade planetária do Norte do mundo.

Cinco anos depois da sua primeira intervenção, o Secretário-Geral vem declarar o seguinte: “Hoje, não apenas o ambiente económico global, mas também o clima de segurança global, e a condução efectiva das políticas internacionais, tornaram-se largamente menos favoráveis à manutenção de uma ordem global estável, equitativa, e baseada em normas”. Não é de estranhar que o globalismo do passivo da ordem global económica em desenvolvimento tenha expressão com acento tónico mais agudo no World Social Forum. Este, reunido em Bombaim, pediu compromisso activo para com todos os seres humanos que pouco possuem, necessitam de muito, mas são povos mudos.

Não é muito apegado a subtilezas diplomáticas o discurso corrente do Secretário-Geral, e neste caso parece fácil ler que o poder está repartido entre Estados em perda de funções, e os vários movimentos das sociedades civis transnacionais onde nascem poderes efectivos que actuam, mas não correspondem ao envelhecido conceito de entidades privadas.

E por isso a circunstância, por vezes anárquica, da vida internacional, exige uma reinvenção da governança, conceito que começou a circular pela década de oitenta do século passado. No fundo é um apelo a uma acção convergente das forças políticas internas em pactos de regime, à busca de definição de um espaço intergovernamental especialmente marcado pelas competências reformuladas do Conselho de Segurança, à governação contratualizada dos interesses comuns da Humanidade, e da sociedade cosmopolita e transnacional que vai enquadrando todos os povos e culturas.

Uma pilotagem assumida, participada e normativizada entre gestão do Estado, gestões da sociedade civil, e gestões responsáveis pelas dimensões sociais da globalização. Tendo como valores de referência a prevenção da segurança mundial e o desenvolvimento humano sustentado. Embora exija uma crescente e minuciosa especificação de responsáveis intervenientes, de objectivos, e de recursos, a reinvenção da governança, pela via contratualizante, é por

agora a mais clara formulação de uma proposta para evitar que progridam as áreas problemáticas. O que exige um centro de referência, que no panorama actual continua a estar apenas na ONU, esta a exigir que os Estados concordem urgentemente na reformulação.

Na linha do *Global Compact*, o documento de referência que surgiu, e não parece ter despertado as atenções dos governos responsáveis, nesse período mais fixados na questão do Iraque e na cruzada do Presidente Bush contra a linha do mal, foi o *UN Millenium Project*. Dirigido por Jeffrey D. Sachs, apoiado num extraordinário grupo de trabalho, foi intitulado – *A Practical Plan to Achieve the Millenium Development Goals*, aparecido em 2005³.

Foi a primeira tentativa de percepção do activo e passivo do globalismo, sobretudo deste último, dando voz “às esperanças, aspirações, e necessidades vitais das populações mais pobres e mudas do mundo”.

É por isso que os oito objectivos lidam sobretudo com carências e responsabilidades: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) assegurar mundialmente a instrução primária; 3) eliminar as discriminações de género em todos os níveis da educação até 2015; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) desenvolver a saúde materna; 6) controlar a HIV/AIDS, a malária, e outras doenças; 7) assegurar a sustentabilidade do ambiente; 8) desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. As recomendações podem talvez reduzir-se ao imperativo de transformar o *soberanismo* existente, e ciosamente defendido não apenas pelas grandes potências, num soberanismo cooperativo ou de serviço, o princípio directivo dos fundadores da ONU na data da “paz coberta por lágrimas” de 1945. Não é difícil reconhecer que o espírito do *Conselho de Segurança* informal dos mais ricos, que é o G-8, é chamado a uma reflexão, tal como a *Agenda para a Paz* chamou a uma reflexão as potências mais responsáveis pela posse de capacidades militares, incluindo as inquietantes armas estratégicas.

As instituições por vezes apresentam os riscos, ainda mal identificados, que nascem no ambiente em mudança que as rodeia, e uma pilotagem atenta procura ver claro e racionalizar as estratégias de resposta. No caso da ONU, tantas vezes fixada nas decisões ou indecisões do Conselho de Segurança, não é a primeira vez que o Secretariado procura libertar-se desse constrangimento.

Trata-se de se pronunciar em nome do interesse global, tal como o entende e pretende servir, assumindo a sua legal situação de igualdade com os restantes órgãos. São vários os relatórios que se debruçam sobre a reinvenção da governança do mundo. O Relatório sobre *A more secure World: our shared responsibility* (2004), que traz uma meditação sobre os primeiros anos do milénio, tem como premissa a afirmação de que todas as sociedades humanas “enfrentam ameaças que nenhuma Nação pode esperar dominar agindo isoladamente, e oportunidades que podem ser exploradas com muito maior esperança se agirem em conjunto”⁴.

É difícil não relacionar o alarme e a advertência com a crise de que o unilateralismo vai rodeando a instituição, e parece ter fundamento vincular o discurso a uma autêntica devoção ao interesse geral da comunidade internacional. Designadamente quando, sem expressamente o dizer, recusa a impossibilidade de eliminar a categoria de Estados não confiáveis, e insiste na urgência de a própria ONU ajudar todos eles a desenvolverem as capacidades e decisão de se congregarem para dominarem as ameaças contemporâneas.

A situação é suficientemente alarmante para que o apelo às solidariedades não seja ignorado, e para que estas

não deixem sequer uma passagem estreita às veleidades unilateralistas. Notemos algumas conclusões: são inseparáveis desenvolvimento sustentado e segurança, porque sem o primeiro a própria paz civil fica em perigo; é crescente a necessidade de prestar atenção à *segurança biológica*, não apenas para prevenir as pandemias, mas ainda para tornar efectiva uma defesa global contra o bio-terrorismo; o reforço do método da *mediação*, com o suplemento das *sanções*, é altamente recomendado; o realismo não permite deixar de considerar a necessidade de recorrer ao uso da força, mas um acordo dos governos é sublinhado como indispensável para que o sistema de segurança global seja efectivo; a estratégia contra o terrorismo global precisa de ser desenvolvida sem desvios securitários; a previsão de uma crescente *proliferação nuclear* num futuro próximo; as questões de *post-conflict peacebuilding* exigem nova e maior atenção; e finalmente recomenda-se o fortalecimento do Secretariado, porque “o mundo precisa, e tem direito de esperar, um efectivo Secretariado das Nações Unidas, que possa atrair e reter os melhores de todas as partes do mundo”.

Na linguagem cuidada do Relatório, a mensagem é a da urgência de reformar, e não de dispensar, a ONU, e de colocar o acento tónico no serviço aos interesses comuns da Humanidade, o que também significa rever a constituição e poderes do Conselho de Segurança. É neste ponto que os legados humanista e maquiavélico, que os fundadores fizeram coexistir na Carta, vão desafiar a racionalidade dos líderes mundiais convocados para a cimeira da ONU, em Nova York, no próximo Setembro de 2005.

Esta racionalidade que desafia os líderes mundiais, por sua vez desafia os pequenos países envolvidos pelo globalismo que inclui as novas e antigas ameaças, a maior parte deles submetidos aos efeitos colaterais de decisões e conflitos que outras soberanias programam e desenvolvem.

O enquadramento legal da Carta da ONU, que estabeleceu como fundamental o princípio do respeito pela jurisdição interna (art.º 2-7), não pôde impedir que antigas questões domésticas se transformassem em internacionalmente relevantes, e estas em internacionais; e também os seus mecanismos não consentiam que fosse estabelecida uma hierarquia e definição de interesses que referisse a sedes claramente identificadas a principal responsabilidade por *conflitos internos*, *conflitos de soberanias*, e *desafios globais*.

Esta globalização, de tecido conjuntivo mal tecido, aumenta a complexidade do processo de definição estratégica dos países que tendem para a condição de *países exógenos*, isto é, facilmente submetidos aos efeitos de decisões em que não participam.

Talvez não seja difícil de admitir que o Portugal deste milénio tem de encarar a necessidade de aprofundar o estudo da condição exógena em que muitas vezes se encontrou no seu passado histórico, e que agora é potenciada pela mundialização das interdependências, com parciais globalizações de gestão.

A fragmentação das gestões da globalização parece apontar no sentido da formalização de áreas, umas vezes com expressão normativa, outras apontadas em projecto, um tema em que apenas podemos recorrer à exemplificação.

Por um lado os *Ocidentais*, que tiveram nos cinquenta anos da NATO uma experiência sem precedente de solidariedade militar, cultural, científica e económica, e que agora assistem à inquietante dialéctica entre o *americanismo* e o *européismo*.

Por outro lado, sobressaindo aos outros poderes orientais, a China, um Estado continente, que recentemente enun-

não deixem sequer uma passagem estreita às veleidades unilateralistas. Notemos algumas conclusões: são inseparáveis desenvolvimento sustentado e segurança, porque sem o primeiro a própria paz civil fica em perigo; é crescente a necessidade de prestar atenção à *segurança biológica*, não apenas para prevenir as pandemias, mas ainda para tornar efectiva uma defesa global contra o bio-terrorismo; o reforço do método da *mediação*, com o suplemento das *sanções*, é altamente recomendado; o realismo não permite deixar de considerar a necessidade de recorrer ao uso da força, mas um acordo dos governos é sublinhado como indispensável para que o sistema de segurança global seja efectivo; a estratégia contra o terrorismo global precisa de ser desenvolvida sem desvios securitários; a previsão de uma crescente *proliferação nuclear* num futuro próximo; as questões de *post-conflict peacebuilding* exigem nova e maior atenção; e finalmente recomenda-se o fortalecimento do Secretariado, porque “o mundo precisa, e tem direito de esperar, um efectivo Secretariado das Nações Unidas, que possa atrair e reter os melhores de todas as partes do mundo”.

Na linguagem cuidada do Relatório, a mensagem é a da urgência de reformar, e não de dispensar, a ONU, e de colocar o acento tónico no serviço aos interesses comuns da Humanidade, o que também significa rever a constituição e poderes do Conselho de Segurança. É neste ponto que os legados humanista e maquiavélico, que os fundadores fizeram coexistir na Carta, vão desafiar a racionalidade dos líderes mundiais convocados para a cimeira da ONU, em Nova York, no próximo Setembro de 2005.

Esta racionalidade que desafia os líderes mundiais, por sua vez desafia os pequenos países envolvidos pelo globalismo que inclui as novas e antigas ameaças, a maior parte deles submetidos aos efeitos colaterais de decisões e conflitos que outras soberanias programam e desenvolvem.

O enquadramento legal da Carta da ONU, que estabeleceu como fundamental o princípio do respeito pela jurisdição interna (art.º 2-7), não pôde impedir que antigas questões domésticas se transformassem em internacionalmente relevantes, e estas em internacionais; e também os seus mecanismos não consentiam que fosse estabelecida uma hierarquia e definição de interesses que referisse a sedes claramente identificadas a principal responsabilidade por *conflitos internos*, *conflitos de soberanias*, e *desafios globais*.

Esta globalização, de tecido conjuntivo mal tecido, aumenta a complexidade do processo de definição estratégica dos países que tendem para a condição de *países exógenos*, isto é, facilmente submetidos aos efeitos de decisões em que não participam.

Talvez não seja difícil de admitir que o Portugal deste milénio tem de encarar a necessidade de aprofundar o estudo da condição exógena em que muitas vezes se encontrou no seu passado histórico, e que agora é potenciada pela mundialização das interdependências, com parciais globalizações de gestão.

A fragmentação das gestões da globalização parece apontar no sentido da formalização de áreas, umas vezes com expressão normativa, outras apontadas em projecto, um tema em que apenas podemos recorrer à exemplificação.

Por um lado os *Ocidentais*, que tiveram nos cinquenta anos da NATO uma experiência sem precedente de solidariedade militar, cultural, científica e económica, e que agora assistem à inquietante dialéctica entre o *americanismo* e o *européismo*.

Por outro lado, sobressaindo aos outros poderes orientais, a China, um Estado continente, que recentemente enun-

ciou e reassumiu os *cinco princípios* a que pretende ver subordinada a reorganização da Ordem Mundial que entrou em colapso depois da queda do Muro de Berlim em 1989, uma ordem que era a dos Pactos Militares e não a prevista na Carta da ONU.

A Rússia, que todos procuram ajudar a recuperar a condição de *Estado igual aos outros*, perdida na Revolução de 1917, está num processo que a memória próxima do império extinto vai semeando de incidentes.

Podemos indicar ainda o risco do alastramento, pelo *cordão muçulmano*, da adesão ao conceito estratégico do *poder errático* da Al Qaeda.

A exemplificação serve apenas para tornar evidente que Portugal tem de ensaiar compreender a definição das *grandes áreas* em formação, e decidir se pode optar pela pertença a uma das definições, como fez ao aderir à União Europeia, ou se deve prever a inclusão necessária numa delas, designadamente no caso de se aprofundar a fractura atlântica por enquanto em apontamento.

Na inquieta evolução a que assistimos, julgo que os factos apontam no sentido de o interesse nacional ser melhor servido pela *defesa da ONU*, como instância reguladora melhor vocacionada para assegurar alguma equidade das relações entre áreas; e por sustentar um *código de conduta* no plano da hierarquia das potências.

E pelo que respeita às áreas, não parece duvidoso que o melhor interesse dos ocidentais, em que Portugal se inclui, é que a solidariedade atlântica seja preservada e restaurada, depois de absorvidos os efeitos negativos quer do infeliz unilateralismo exercido pelos EUA, quer das ambiguidades europeias.

Esta posição, que tenho repetido mais de uma vez, tem muito que ver com o facto de Portugal estar na situação de país de fronteira, quer na linha de articulação do Atlântico Norte, quer na linha de articulação do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, quer na linha de articulação com o turbulento Mediterrâneo. Uma situação em que tanto pode ser participante nas decisões, como simples objecto delas, sendo que a quebra da solidariedade atlântica aponta sobretudo para a segunda hipótese.

Para exercer uma política autónoma, e necessariamente transversal, como é a que diz respeito aos PALOP'S, é esta solidariedade que melhor assegura a liberdade requerida, porque a quebra dessa solidariedade, impondo opções irrecusáveis, logo afectará os nossos interesses no Atlântico Sul, tal como o desequilíbrio das relações dos ocidentais com as áreas orientais afectará todas as pretensões a uma presença activa naquelas paragens tão ligadas à história e à identidade portuguesas.

É evidente que esta problemática dos desafios e respostas, num primeiro plano necessariamente abordada em termos de conceitos operacionais, tem como pressuposto que a identidade do país não estará afectada, e que a determinação e capacidade de a afirmar, com uma clara definição de um conceito estratégico, é efectiva.

Neste ponto é realista meditar sobre a mudança de paradigma da sociedade portuguesa, já para além do facto essencial da extinção do histórico conceito estratégico nacional em 1974.

Em primeiro lugar, o facto de o país ter sido *lançado ao longe* porque do outro lado estava o *Muro de Castela*, modificou-se radicalmente. Os conceitos de país de agricultores e de marinheiros sofreu uma radical modificação, muito em função da adesão à União Europeia.

Talvez tendo como facto de referência a introdução do caminho-de-ferro em 1886, e tendo em conta estudos de Fernando O. Baptista, Queirós de Barros, Castro Caldas, Azevedo Gomes, foi certo que o conceito de alimentar o povo com os produtos da terra, correspondente ao lirismo de homens como Garrett, Herculano, Lavradio, foi sendo substituído pelo desenvolvimentismo que tornou célebre Ferreira Dias (1945), popular Daniel Barbosa, e incerto Correia de Oliveira a hesitar entre a europeia EFTA e o “espaço único português”.

A adesão à Europa implicou em primeiro lugar que o *Muro de Castela*, a fronteira geográfica histórica e sagrada, evoluísse para o simples *apontamento administrativo*, efeito da livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias.

Uma evolução que fez progredir o princípio das regiões transfronteiriças de Jean Monnet (FEDER-1975; Regulamento de 1984), com os programas INTERREG – I (1990-93) e II (1994-99) a apoiar os acordos entre as Comunidades Autónomas espanholas e as Comissões de Coordenação das Regiões Portuguesas.

A Espanha desenvolveu o método em relação à França (País Basco, Navarra, Aragão, Catalunha), e em relação a Portugal destacam-se: Acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Galiza-Região Norte de Portugal, de 31 de Outubro de 1991; Protocolos entre a Estremadura e as regiões do Alentejo e Centro de Portugal, respectivamente de 17 de Janeiro de 1992 e 27 de Maio de 1994; acordos entre Castilla y Leon com a Região Norte de Portugal em 21 de Fevereiro de 1995, e com a Região Centro em 3 de Março de 1995; Protocolo entre a Comunidade Autónoma andaluza com a Região portuguesa do Algarve, em 27 de Julho de 1995.

As *regiões transfronteiriças de trabalho* são uma realidade, a litoralidade avança, o despovoamento das interioridades cresce, e a agricultura deixa de ser “o segredo da nossa magnífica unidade moral”, ao mesmo tempo que a presença do Mar no ideário nacional exige reafirmação: de facto a teologia de mercado, a competição, é o novo paradigma da nossa sociedade, sem que o Estado tenha adoptado e implantado um novo conceito estratégico nacional.

É nesta circunstância nova, com fragilidades orçamentais inquietantes, com afastamento entre a sociedade civil e o aparelho governativo, afastamento que a abstenção eleitoral ajuda a medir, com fracturas sociais que se avolumam, com uma acelerada mudança da composição cultural da população sem resposta de políticas inclusivas, que este tema das opções estratégicas é avaliado.

A primeira conclusão traduz-se em que a mais urgente decisão é a de restaurar uma sociedade de confiança que comece por manifestar essa atitude em relação ao aparelho governativo, uma sociedade que inclua uma clara versão e prática do civismo activo, que pretenda estar nos centros de decisão para não ser apenas objecto delas. Então, e por ordem, optemos por ser ocidentais e europeus, defensores da solidariedade atlântica, partidários da relação equitativa entre as áreas em que a mundialização se articula, apoiantes da ONU como garante da paz geral, sendo esta a trave mestra de um desenvolvimento humano sustentado que defendemos, e de uma cooperação efectiva e prioritária com todos os povos de língua oficial portuguesa.

Podemos, designadamente, ser postos perante o aprofundamento da querela entre o americanismo e o europeísmo, a exigir opções que excedam a capacidade de estar participante nas decisões.

Mas admitindo que o conceito de segurança que vai sendo desenvolvido pela ONU conseguirá ultrapassar as diferenças, o Atlântico Sul faz parte dos desafios que Portugal não pode ignorar, que envolve grande parte dos valores

ligados pela lusofonia, e ou decide participar nos centros de decisão, ou as decisões virão ao encontro de um país a tender para Estado exíguo.

¹ Russel (1958) *A history of the United Nations Charter*, Washington; Hans Kelsen (1950) *The law of the United Nations*, Londres; Maurice Waters (1967) *The United Nations*, Nova York; Leland M. Goodrich (1960) *The United Nations*, Londres.

² Kofi Annan (1999) *A compact for the New Century*, Davos, texto conhecido por *Global Compact*.

³ UNDP (2005) *Investing in Development: A Pratical Plan to Achieve the Millenium Development Goals*, Eartscan: Londres.

⁴ www.un.org/secureworld.